

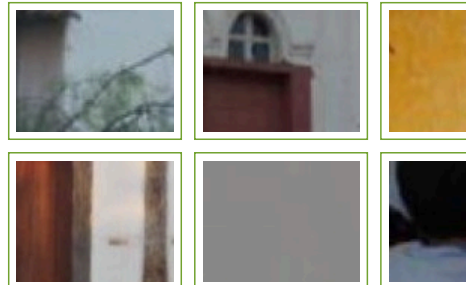
Usos dos Espaços Patrimonializados em Jaraguá-GO

Este trabalho descreve as atividades desenvolvidas de acordo com o projeto de intervenção "Usos dos Espaços Patrimonializados em Jaraguá Goiás". Esta ação foi realizada junto aos pais e professores da Escola Municipal Adventista da cidade de Jaraguá-Goiás. A metodologia utilizada foi baseada na busca por instrumentos de intervenção que auxiliem na compreensão do modo como os sujeitos se apropriam e se utilizam dos espaços patrimonializados da cidade de Jaraguá-Goiás. A pergunta que norteia a pesquisa é: "Como os sujeitos possuem sobre o patrimônio cultural? Os resultados da intervenção demonstraram que o conhecimento sobre os espaços patrimoniais de tais sujeitos é limitado, pouco se apropriam e se referenciam à dinâmica social e do patrimônio material; ficando estes compreendidos apenas como marcos na paisagem. Portanto, a partir da análise do fazer o assunto à vida e às práticas das crianças, é possível entender o sentido de apropriação, à capacidade que os sujeitos têm de referenciar a história, a memória e os seus usos dos espaços patrimoniais da cidade de Jaraguá-Goiás".

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Memória, Apropriações.

Aluna: Carla Ismaela de Oliveira Pinto
Polo: Goianésia
Orientadora Acadêmica: Juliana Ribeiro M
Coordenadora de orientação: Ivanilda Aparecida Junqueira

Anexos



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório caracteriza-se pela realização de projeto de intervenção, com ações desenvolvidas no contexto de uma escola pública da Rede Municipal de Ensino da cidade de Jaraguá-Goiás. O desejo de estudar e desenvolver ações relacionadas às apropriações e usos dos espaços patrimonializados em Jaraguá, sob o ponto de vista de estudantes, sobretudo crianças, surgiu ao cursar a disciplina de Educação Patrimonial I, a qual limitou-se em conceitos e despertou algumas questões a respeito da apropriação desse patrimônio. Na medida em que iniciamos a segunda parte da disciplina Educação Patrimonial II, procuramos ampliar os conceitos, os quais perpassam pelo viés de cultura, cidadania e patrimônio.

O foco inicial de tal intervenção foi problematizar o significado de patrimônio em seu campo semântico. Para delimitar o campo, concentramos nossa atenção em uma turma do 4º ano do ensino fundamental. Nesse sentido, as perguntas que direcionam a ação, de modo geral, são: O que esses estudantes sabem sobre patrimônio cultural? Eles se apropriam e se utilizam dos espaços patrimonializados da sua cidade? Quais referenciais possuem sobre o patrimônio cultural material Jaraguense?

Este trabalho é composto de alguns pressupostos teóricos concernente à temática enfocada, como também explicitações de todo o processo de pesquisa e ação, além da descrição da metodologia utilizada ao longo desta atividade. Além disso, há também a apresentação dos resultados, onde discorro sobre a aplicação do projeto, as ações no campo, os resultados obtidos através da análise. Serão apresentadas as conclusões do pesquisador, buscando sintetizar a contribuição deste estudo e, por fim, as referências bibliográficas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. BREVE HISTÓRICO DA CIDADE DE JARAGUÁ

Jaraguá é uma cidade fundada nos idos do período colonial brasileiro. O município tem cerca de 41.870 habitantes e possui um rico e importante acervo arquitetônico oriundo da antiga colonização mineradora do Vale do São Patrício. Em 25 de julho de 1882 eleva-se à categoria de cidade através da resolução 666, emancipando-se de Meia Ponte (Pirenópolis), passando a chamar Jaraguá.

A importância histórica da cidade é destaque no conjunto arquitetônico, assim, “um documento histórico de 1783, registra a existência de todos os arraiais até aquele ano, no Estado de Goiás, Jaraguá está entre eles, mas não há referência sobre seus fundadores” (PREFEITURA DE JARAGUÁ, 2013, p. 7).

A importância do ouro para a região de Meia Ponte (hoje Pirenópolis) fez com que a cidade fosse, aos poucos, ganhando ares urbanos: construíram-se capelas e todo um sistema de casas e comércios que garantiam a dinâmica urbana. As igrejas Jaraguenses possuem características típicas da arquitetura colonial brasileira, que traz consigo um marco na cultura local, que é a religiosidade. Várias manifestações de cunho religioso são mantidas e transmitidas entre as gerações; mesmo com a modernidade é profícua a força da religiosidade na cultura jaraguense. Não obstante, a construção de capelas e igrejas é uma prática comum quando se inicia um povoado, tais construções sempre estiveram presentes. (ASSUNÇÃO, 2012)

O fato é que a cidade é repleta de patrimônios culturais, tanto materiais quanto imateriais. São várias manifestações culturais: um rico artesanato, artesões que confeccionam carro de boi, a festa do Divino Espírito Santo, juntamente com a cavalhada (que segue um ritual anualmente), a serra de Jaraguá, imóveis que carregam uma memória viva da origem da cidade. Mas, e as crianças, sabem que isso é patrimônio cultural?

2.1.1 PATRIMÔNIOS CULTURAIS EDIFICADOS EM JARAGUÁ APRESENTADOS AOS ALUNOS

Considerada como patrimônio material tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Igreja Nossa Senhora do Rosário localiza-se na praça do Rosário. Muito utilizada pela população, foi a terceira construção religiosa da cidade. Várias lendas populares tratam desta igreja, que representa um patrimônio importante para o bairro e para os cidadãos Jaraguenses. É um edifício com tombamento Federal e Estadual. Enquanto a Igreja Nossa Senhora da Conceição é tombada pela Secretaria Municipal de Cultura (SECULT). Ergueu-se no ano de 1828 e apresenta elementos comuns à época, tendo sido restaurada no ano de 2000. Hoje sua função é de museu, no momento, interditado. O que não se pode negar é a necessidade urgente de sua restauração.



Imagem 1 - Igreja Nossa Senhora do Rosário.
Foto: Carla Ismaela



Imagem 2 – Igreja Nossa Senhora da Conceição
Foto: Carla Ismaela



Imagem 3 – Nossa Senhora da Penha – Matriz
Foto: Carla Ismaela

Foi apresentada aos alunos a Casa do Padre Silvestre, onde é sediada a secretaria de Cultura, tombada pelo Patrimônio Histórico do Estado de Goiás no ano de 2004 e reformada por iniciativa do Governo do Estado, com parceria da Prefeitura de Jaraguá. A centenária casa pertenceu ao ilustre Padre Silvestre Álvares da Silva e representa um dos exemplos da arquitetura colonial presente em Jaraguá.



Imagem 4 – Casa do Padre Silvestre / Casa de Cultura
Foto: Carla Ismaela

A casa retrata os fragmentos da memória dos modos de vida da comunidade Jaraguense e foi palco de importantes fatos da história da cidade. O padre foi um homem atuante no cenário político. Segundo Hamu (2012), ele atuou como deputado por Goiás, participou da primeira constituinte do Brasil Império, passou a maior parte de sua vida em Jaraguá.

2.2. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Trabalhamos com conceitos que não estão bem definidos para as crianças, como: herança, identidade cultural, memória e cultura. Procuramos ampliar tais conceitos para, então, introduzir a concepção de patrimônio cultural material, sobretudo o Jaraguense.

O conceito de patrimônio ao longo da história passou e passa por uma reformulação. Para além dos bens de natureza material, estudiosos do assunto agregam outros valores e concepções, considerando também os bens de ordem imaterial. Entretanto, os estudos não foram feitos somente para ampliar o conceito, mas também para rever a possível preservação e salvaguarda de determinados bens.

No guia Básico de Educação Patrimonial podemos perceber a seguinte afirmação:

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições e agentes governamentais. (HORTA et al, 1999, p. 7)

O desconhecimento na utilização e apropriação do patrimônio engloba a noção de representação patrimonial. Nesse sentido, a educação patrimonial é direcionada à formação de um cidadão inteirado dos significados e sentidos das práticas culturais. A imagem da cidade transparece essa relação do passado e do presente. Vê-se, por outro lado, uma demanda de compreender a apropriação dos sujeitos diante da relação entre passado e presente. Quanto à preservação, a Constituição de 1988 faz referência à inclusão de novos atores, conferindo à comunidade um papel de colaboradora e corresponsável nessa tarefa.

Para acessarmos nosso objeto de intervenção adotamos a metodologia de educação patrimonial apresentada por Horta, pois “o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança.” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

2.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apesar de se tratar de um projeto de intervenção, consideramos que os procedimentos da pesquisa-ação eram uma estratégia adequada, pois sugerem a aplicação de um trabalho no qual o pesquisador promove interações no campo da prática e investiga a respeito dela (TRIPP, 2005).

Utilizamos rodas de conversa, iniciamos com apresentação de Power Point acerca do tema patrimônio, com fotos de patrimônios edificados que fazem parte da paisagem visual e histórico-cultural dos cidadãos Jaraguenses. Propusemos que cada estudante gravasse um vídeo com filmagens via celular, com foco nos lugares definidos por cada um, seja por beleza ou grau de importância; a escolha seria definida por eles.

A metodologia de educação patrimonial defendido por Horta (1999) apresenta etapas que podem ser seguidas com o objetivo de desenvolver ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais que compõem o nosso “patrimônio cultural”. As aulas foram realizadas na sala de aula e tiveram duração em média de três a quatro horas. Em cada aula trabalhamos com uma dinâmica diferenciada a fim de deixar os participantes à vontade para fazer perguntas durante a exposição e participar. A metodologia utilizada foi relevante para a evidência de alguns dados pertinentes ao trabalho.

Evidenciamos uma aceitação e interesse pela aula, embora tenhamos tido dificuldades quanto aos termos de consentimento. Por se tratar de crianças com pouca idade e início de escolarização, precisamos pedir autorização para os responsáveis; tivemos recusa, fizemos o possível. A professora entendeu a proposta e colocou-se à disposição dos pais dos alunos, porém, só conseguimos nove termos assinados.

Essa atitude evidenciou o desconhecimento da importância de ações que visam a apropriação e o conhecimento dos bens patrimoniais culturais pertencentes a uma determinada comunidade. O mais importante de todo este processo foi a constatação da boa receptividade dos alunos a respeito do tema, mesmo se tratando de um assunto nunca problematizado até aquele momento.

2.3. RELATÓRIO DE CAMPO

Apresentação da proposta ao grupo gestor da escola.

É importante ressaltar que algumas partes deste tópico fazem parte da transcrição do áudio produzido durante as aulas. No entanto, procuramos adaptar e assim seguir as normas de um relatório técnico-científico.

No dia 28 de maio de 2015, às 7 horas, estivemos na Escola Campo. Ao chegarmos, procuramos a coordenadora pedagógica, a Sr^a. Rosângela; apresentamos o projeto e pedimos sua autorização com o propósito de realizarmos nossa ação de intervenção. Nesse momento, ela nos encaminhou à sala de aula, foi nosso primeiro contato; estive com os alunos e com a professora Ana Maria, do 4º ano do Ensino Fundamental I, ocasião em que falei sobre o projeto com os alunos, dei uma introdução superficial do tema, fiz as seguintes perguntas: O que é patrimônio? O que é cultura? O que é memória? O que é identidade?

Neste dia foi uma aula introdutória, não levei conceitos; seguindo o cronograma, momento de sondagem. Perguntei se alguém sabia o que é patrimônio, se alguém já ouviu falar? Ninguém soube me dizer. O que é cultura? Uma aluna respondeu que é algo cultural de arte, outro aluno disse que achava que arte é pintura. Peguei um giz e escrevi no quadro a palavra patrimônio. Nessa hora, disse que só iríamos saber no outro dia, mas que eles poderiam consultar o dicionário.

Nesse momento, quase todos estavam com um dicionário nas mãos. Thalita leu: bens pertencentes a alguém, herança paterna, bens, riqueza, bens materiais. Um garoto concluiu: um bem material pode ser uma casa. Assim seguimos a aula, eles já estavam mais à vontade para participar e eu perguntei sobre memória; o que me disseram: uma recordação, algo que a gente não esquece, pensamento, guardar na cabeça, nunca esquecer de uma coisa.

Página 60

Deixamos livre para pesquisar o significado de memória no dicionário: “faculdade de reter as ideias adquiridas anteriormente de conversa e lembrança do passado ou da coisa ausente”. Outro comentário que surgiu foi que as fotos são boas para resgatar a memória e não esquecer de coisas boas.

Ao falar em identidade, logo me perguntaram se era a nossa carteira de identidade. Lembrei que nós estávamos falando de identidade pessoal, características físicas, emocionais. Ao final, eu escrevi no quadro - patrimônio cultural. A minha fala foi gravada, pois eu não tive nenhum apoio e precisava registrar para a análise e avaliação. Foi uma conversa descontraída e bem participativa que levou aproximadamente 1h30min.

No dia 29 de maio de 2015, às 7 horas, estávamos novamente em sala de aula, já com conceitos, momento em que apresentamos slides, pois se tratava de crianças e, como percebi, patrimônio para eles era um tema

novo. Embora tenham sido receptivos, tive muito cuidado ao transmitir para não parecer algo chato e difícil, recorri ao lúdico o tempo todo.

Nesse momento, eu mostrava as fotos e perguntava se alguém conhecia, se já tinham frequentado, se já tinham passado por perto. Lugares bem estratégicos, como o coreto (lugar de encontro com amigos), uma pequena cascata na entrada da cidade, as igrejas, a casa do Padre Silvestre, que hoje funciona como secretaria de Cultura. Quase todos os alunos identificaram os lugares; perguntávamos se poderia ser considerado patrimônio? Percebi, nesse momento, que o conceito de patrimônio ainda não estava bem definido e assimilado.

Eu perguntei se esses lugares tinham um dono. Eu ouvi dos alunos que o coreto é do prefeito. Fui instigando-os a refletirem se os lugares que apresentei eram ou não patrimônio, e quem eram os donos desses bens. Foi gratificante ver a receptividade dos alunos, a participação. Perguntei se o lago era patrimônio, quem era o dono (proprietário)? Mas, no geral, a resposta era que tais bens pertenciam ao prefeito e à prefeitura, não estavam seguros para dizer se era ou não patrimônio. Foi dito pelos alunos que a Biblioteca Municipal era da prefeitura. Foi então que fiz uma brincadeira, “o prefeito está muito rico”, tem muitos bens na cidade, quase tudo é dele.

Mostramos uma igreja, uma foto dela do ano de 1970 e a atual, então perguntei, o que houve? Daí eles me disseram que havia sido reformada. Perguntei a quem pertencia? As respostas foram: é do padre, do município ou também pode ser da prefeitura. Apresentei a foto de uma igreja e um aluno disse: essa eu sei o nome, *Igreja Nossa Senhora da Conceição*; afirmou ser muito antiga. Falei com eles sobre a identidade da igreja, características que ao restaurar permanecem e preservam a estrutura. Expliquei que a igreja tem muita memória, faz parte da história da cidade de Jaraguá.

Perguntei por que não se pode derrubar esses monumentos, descaracterizar? Por exemplo, uma igreja que foi a primeira da cidade de Jaraguá? Tivemos uma resposta: é que isso é pecado. Nesse momento, afirmamos que não é por esse motivo, e sim porque faz parte da história de Jaraguá.

Página 61

Mostramos a casa de cultura (Casa do Padre Silvestre), somente cinco dos alunos já a tinham visitado. Os comentários foram *“essa casa não pode ser destruída, pois faz parte da cidade, pois ela tem memória, identidade. Casa muito antiga, casarão”*. Falamos sobre a coletividade desses bens, reforçamos que através do patrimônio nós conhecemos nossas raízes culturais.

Sempre direcionando a nossa conversa, eu perguntei sobre a valorização do patrimônio, o que significava isso pra eles? Perguntei por que valorizamos as coisas? O que responderam: *valorizamos as coisas porque são nossas, porque faz parte do futuro, a nossa casa é importante*. Perguntei como valorizamos as coisas? O que responderam: *cuidando bem*.

Nesse dia eu levei os termos de consentimento, pois haveríamos de tirar fotos e, dessa forma, os pais deveriam assinar. Expliquei, com a ajuda da professora, sobre a importância do termo; cada um levou para casa em suas agendas. Nessa aula estivemos 4 horas, pois foi preciso usar todo o período para que pudéssemos priorizar a participação dos alunos. Seguindo o cronograma, eu apresentei a proposta da gravação de um vídeo explicando-a, e pedi que cada um fizesse uma gravação, motivando-os para tal atividade. Entretanto, não obtivemos êxito na proposta apresentada.

Nesse dia eu ensinei uma música (hora bolas - palavra cantada), pois falava de uma identidade cultural que cada um de nós possuímos apenas por pertencer a uma cidade. No dia 2 de junho voltamos na escola, para minha surpresa, os alunos não levaram os termos e só recebi 2 vídeos, mas expliquei novamente a

importância do termo e pedi que realizassem a atividade proposta do vídeo, disse que poderia ser fotos também.

No dia 15 de junho voltamos à escola, assumimos a aula, pois a professora precisou ausentar-se, permitindo-nos concluir o projeto. Nesse dia fiz um fechamento do conteúdo, recorremos a uma outra didática. Eu levei o material, como lápis de cor e folhas em branco, e cada aluno teve a oportunidade de escolher um bem patrimonial cultural para reproduzir em desenho. E, assim, concluímos nosso trabalho, reforçando com eles os conceitos estudados,

Mostrei também todo o material recebido pelos alunos. No entanto, um dos nossos objetivos era a produção de um vídeo documentário, gravado nos próprios celulares dos alunos, preferencialmente composto por conteúdo produzido por eles, de forma que pudesse ser apresentado para a comunidade escolar bem como para os pais, como forma devolutiva. É importante ressaltar que esse era um dos objetivos dessa intervenção, mas não obtivemos os resultados esperados. Embora tenham participado das atividades, por motivos diversos eles não apresentaram o vídeo. Interessante que o único aluno que levou o vídeo o pai assinou o termo e também participou da gravação. Ele enviou-nos uma relíquia, um vídeo da cidade de Jaraguá no ano de 1987.

Quanto à professora Ana Maria, muito atenciosa em todos os momentos, concedeu-nos abertura total para a efetivação do projeto. Quanto aos alunos, fiquei encantada, pois eles são receptivos, de uma inteligência e percepção singular. Percebi uma mudança de pensamento a respeito de um bem patrimonial; sabem que é deles e que é dever de todos nós cuidar, preservar.

2.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Jaraguá, a Casa do Padre Silvestre representa um patrimônio cultural para a cidade. Ela é um “espaço funcional”; tombada, foi restaurada e posteriormente inaugurada como Casa de Cultura, oficialmente como Secretaria de Cultura. Com uma estrutura colonial e diversos objetos que remetem à memória local da cidade, por alocar um pequeno museu e uma pequena biblioteca, é visitada pela comunidade e estudantes que tenham interesse em conhecer mais a história local. Portanto, é um espaço de utilização com vias à preservação e transmissão das heranças culturais, onde a cultura é preservada e apresentada como um legado à comunidade. Podemos afirmar que esse patrimônio é um ponto de referência à cultura da cidade de Jaraguá.



Imagem 5 - Igreja Nossa Senhora do Rosário.
Foto: Carla Ismaela

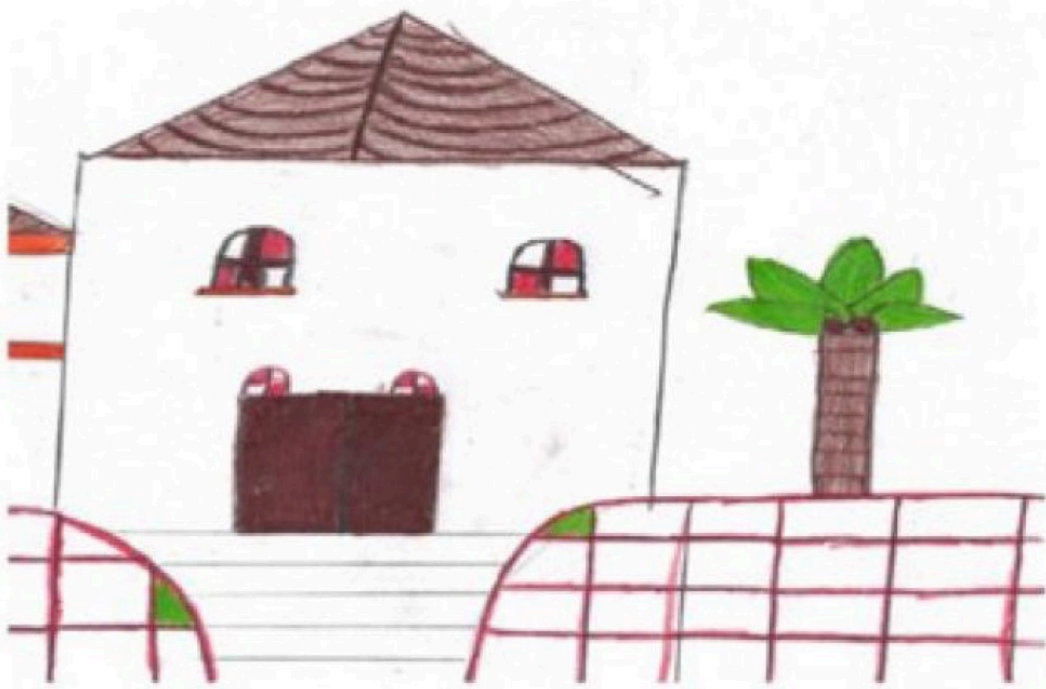


Imagem 6 – Desenho de Aluno do 4º Ano
Foto: Carla Ismaela



Imagem 7 – Casa do Padre Silvestre
Foto: Carla Ismaela

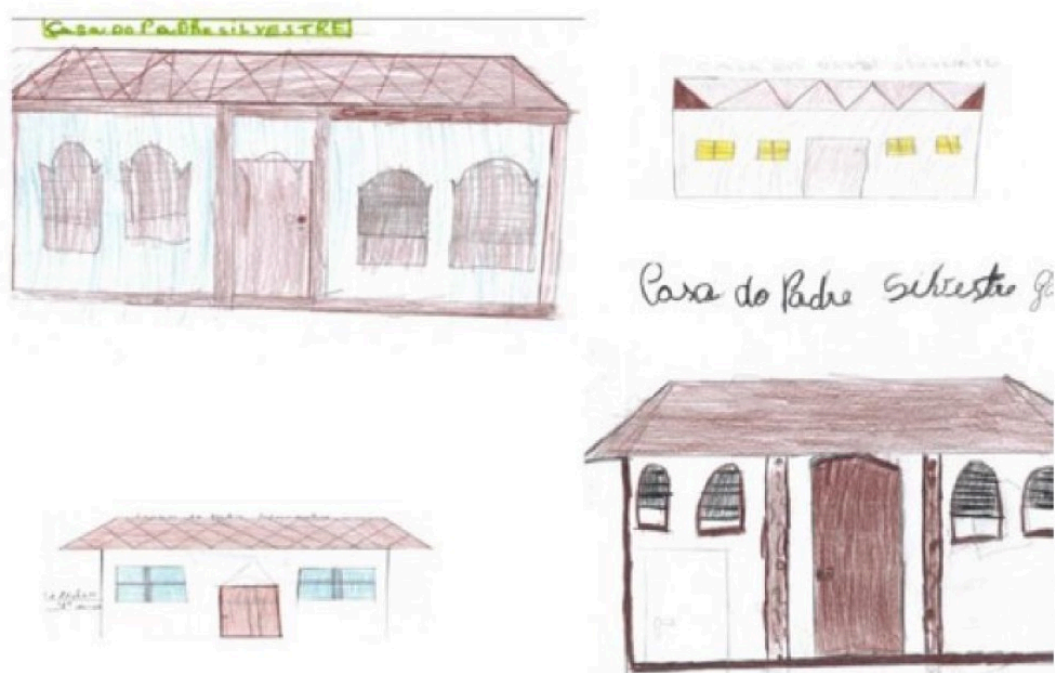


Imagem 8 – Desenho feito pelos alunos
Foto: Carla Ismaela

Podemos ver nos desenhos a preocupação em manter o caráter visual da casa.

Quanto às igrejas, apesar de carregar uma infinidade de historicidade, fatos e tradições de um povo, elas representam para além da aparência colonial, carregam um componente simbólico, de cunho religioso, mas são também espaços funcionais, que fazem parte da cultura e tradição das cidades do interior, assim como em Jaraguá.



Imagem 9 – Desenho de aluna do 4º ano
Foto: Carla Ismaela



Imagem 10 – Igreja Nossa Senhora da Conceição
Foto: Carla Ismaela



Imagem 11 – Igreja Nossa Senhora da Conceição
Foto: Carla Ismaela

É perceptível a evolução das crianças quanto ao conceito durante as aulas que foram ministradas. O que antes era de propriedade do prefeito e da prefeitura, agora já sabem, pertence a eles.

Dentro do material apresentado pelos alunos, desenhos, vídeos, bem como nas fotos, percebeu-se que os lugares recorrentes são representativos, comuns a todos e de sociabilidade, ou seja, espaços de movimentação de pessoas de todas as idades, referências de lazer, lugar de encontro com os amigos.



Imagem 12 – Coreto de Jaraguá – Lugar de Socialização
Foto: Carla Ismaela



Imagem 13 – Igreja Nossa Senhora da Penha
Foto: Carla Ismaela

O coreto, por exemplo, representa um lugar de sociabilidade, o patrimônio vivo, ou seja, a forma como os sujeitos se apropriam fazendo uso desse espaço.

Outra questão que percebemos no material foi a presença do chamado *marco zero*, bens patrimoniais situados no bairro onde é o início da cidade, conhecido também por “antigo Jaraguá”.

Por se tratar de conceitos subjetivos, não podemos afirmar que compreenderam o sentido de natureza imaterial presente nos bens materiais, entretanto, há indícios de uma compreensão para além da patrimonialização, ou seja, do bem edificado como tal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados deste trabalho nos fazem refletir sobre o múltiplo relacionamento entre as disciplinas, que não incluem temas como Patrimônio Cultural. Ações como esse nosso projeto de intervenção objetivam sensibilizar o grupo gestor para repensar seus projetos pedagógicos e, quiçá, a inclusão dos temas transversais dentro das disciplinas consagradas como “essenciais” e, não obstante, trabalhadas de forma a desvincular-se umas das outras, comprometendo os resultados na aprendizagem.

Ao final da realização desta intervenção, vimos que a percepção de patrimônio dos sujeitos pesquisados é limitada, por inúmeras razões. Pode ser visto como algo que “não é da minha conta, não é meu mesmo!”. Todavia, o desconhecimento ainda pode ser a causa de tal raciocínio.

Estamos certos de que não será um pequeno projeto de intervenção que irá mudar a real situação, mas estamos seguros que tais ações representam o início de um trabalho de conscientização.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Lorena Sulino. Arquitetura religiosa do século XVIII em Jaraguá. In: Lúcia Freitas (Org.). **Aspectos histórico-social de Jaraguá**. Anápolis: UEG, 2012. p.150-186.

HAMU, Daura Rios Pedrosa. Um olhar para as artes que pertenceram ao Padre Silvestre. In: Lúcia Freitas (Org.). **Aspectos histórico-social de Jaraguá**. Anápolis: UEG, 2012. p. 150-186.

HORTA, Maria de Lurdes P.; GRUNBERG, Eveline; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 1999.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim, et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

PREFEITURA DE JARAGUÁ. **Folheto Jaraguá Goiás**. 277 anos de História. Folheto Impresso. 2013.

JUNQUEIRA, Ivanilda. **Educação patrimonial: recursos, técnicas e estratégias**. Material Didático da Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania. Goiânia: UFG/CIAR, 2014. CD.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educ. Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.